



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM TEA, NO MUNICÍPIO DE ILHA DAS FLORES, POVOADO SERRÃO

Lorena Caryse Pereira dos Santos¹
Hayanne Barbosa Correia Cardoso²
Luana Machado Terto³

RESUMO

Este estudo investiga os desafios legais enfrentados pelas famílias de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Povoado Serrão, município de Ilha das Flores, Sergipe. Por meio de entrevistas com familiares e análise documental, o estudo identificou as principais dificuldades enfrentadas no acesso a direitos básicos, como educação, inclusão, saúde e assistência social. Além desses problemas, a pesquisa revelou a falta de conhecimento das leis que garantem os direitos das pessoas com TEA, a carência de profissionais especializados e a inadequação dos serviços públicos disponíveis. Utilizou-se um modelo de levantamento bibliográfico detalhado, baseado em artigos e publicações disponíveis em sites oficiais do Governo Federal, além de uma análise in loco dos serviços e políticas implementadas no município. As plataformas consultadas incluíram a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Scholar (Google Acadêmico), com a análise de publicações entre os anos de 2019 e 2024. O objetivo geral foi analisar os desafios legais enfrentados pelas famílias de pessoas com TEA no município de Ilha das Flores, Sergipe. Entre os objetivos específicos, a pesquisa visou identificar os principais desafios legais na garantia de direitos básicos; analisar as dificuldades encontradas para assegurar uma educação inclusiva e de qualidade para os filhos com TEA; e avaliar as políticas públicas existentes no município, visando identificar possíveis melhorias para atender de forma adequada às necessidades dessas famílias. Os resultados evidenciam a

¹ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade Raimundo Marinho- Penedo-AL

² Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade Raimundo Marinho- Penedo-AL

³ Professora na Faculdade Raimundo Marinho, Especialista em Direito Processual pela PUC Minas

necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes, um olhar mais humano voltado para as famílias que enfrentam essa dificuldade, e maior conscientização sobre os direitos das pessoas com TEA.

Palavras-chave: transtorno do espectro autista; desafios; cuidado; direito à saúde; município de ilha das flores.

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento que afeta significativamente a comunicação, a interação social e o comportamento dos indivíduos afetados. Pessoas com TEA frequentemente enfrentam desafios em áreas como linguagem, comportamento, interesses e habilidades sensoriais (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013; SANDERS et al., 2020). A complexidade do TEA demanda uma compreensão detalhada e um suporte adequado para garantir a inclusão e a qualidade de vida dos indivíduos e suas famílias.

Analisar os desafios legais enfrentados pelas famílias de pessoas com TEA no município de Ilha das Flores, Sergipe, constitui o objetivo geral deste estudo. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com familiares e análise documental, com a intenção de mapear e compreender as dificuldades legais relacionadas ao acesso a direitos básicos, como educação, saúde e assistência social. Além disso, a investigação visa identificar as necessidades específicas dessa comunidade e propor soluções para melhorar a proteção e o atendimento a essas famílias.

Os objetivos específicos deste estudo incluem identificar os principais desafios legais enfrentados pelas famílias de pessoas com TEA em relação à garantia de direitos básicos; analisar as dificuldades encontradas para assegurar uma educação inclusiva e de qualidade para os filhos com TEA; e avaliar as políticas públicas existentes no município para sugerir melhorias que atendam de maneira mais eficaz às necessidades dessas famílias.

A questão-problema que orienta esta pesquisa é: Quais são os principais desafios legais enfrentados pelas famílias de pessoas com TEA no município de Ilha das Flores e como as políticas públicas podem ser aprimoradas para atender melhor essas famílias?

A justificativa para este estudo está respaldada pela necessidade de melhorar as condições de vida e os direitos das famílias de pessoas com TEA. Segundo Silva (2018), a falta de políticas públicas eficazes contribui para desigualdades significativas e limitações no acesso a direitos essenciais. Almeida (2019) destaca que a conscientização e a formação de profissionais capacitados são cruciais para enfrentar os desafios impostos pelo TEA e promover uma inclusão efetiva.

Espera-se que este estudo contribua para a conscientização sobre a importância de políticas públicas eficazes para a inclusão e proteção das crianças com TEA

e suas famílias, promovendo a igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos. Além disso, a pesquisa visa fornecer insights e recomendações para autoridades locais e organizações da sociedade civil sobre formas de superar os desafios enfrentados em comunidades semelhantes.

Conclui-se que a conscientização, o acesso a serviços especializados, a formação de profissionais capacitados e o apoio emocional são fundamentais para garantir o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas com TEA e suas famílias. É essencial que a coletividade se una em prol da inclusão e do respeito aos direitos das pessoas com TEA, garantindo que todas as famílias tenham acesso aos cuidados e direitos necessários para viver de forma plena e digna.

2. MARCO LEGAL ACERCA DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA- TEA

O Marco Legal do Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil é formado por um conjunto de normas e leis que visam garantir a proteção e os direitos das pessoas com TEA. A Lei nº 12.764, sancionada em 27 de dezembro de 2012, estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Esta lei define diretrizes para

assegurar o acesso ao diagnóstico e acompanhamento especializado, além de outros direitos fundamentais para as pessoas com TEA (Brasil, 2012).

Complementando essa legislação, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, garante direitos amplos a todas as crianças e adolescentes, incluindo aqueles com TEA. A lei assegura direitos em áreas essenciais como educação, saúde e proteção social, promovendo a inclusão e a participação social desses indivíduos (Brasil, 1990).

Outro pilar importante no Marco Legal é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), ou Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. A LBI estabelece princípios e diretrizes para a inclusão social das pessoas com deficiência, incluindo aquelas com TEA, garantindo direitos à educação, saúde, emprego, acessibilidade e participação na vida comunitária (Brasil, 2015).

Além disso, as Diretrizes Nacionais para o Atendimento Educacional Especializado (Diretrizes Nacionais nº 202, de 6 de dezembro de 2012) fornecem normas para o atendimento de alunos com TEA nas instituições de ensino regular. A Portaria nº 2.996, de 26 de novembro de 2013, estabelece diretrizes para a assistência à saúde de indivíduos com TEA

no Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2012; Brasil, 2013).

A Lei nº 13.977, sancionada em 8 de janeiro de 2020 e conhecida como Lei Romeo

Mion, criou a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea).

Este documento facilita o acesso a serviços prioritários e benefícios, como vagas de estacionamento e atendimento preferencial (Brasil, 2020). Além disso, a Lei nº 8.899, de 24 de fevereiro de 1994, garante passe livre no transporte coletivo interestadual para pessoas com deficiência, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), oferece o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para famílias com baixa renda, assegurando um salário mínimo mensal para pessoas com deficiência que atendam aos critérios estabelecidos (Brasil, 1994; Brasil, 1993).

2.1. CONCEPÇÕES SOBRE O AUTISMO

O termo "autismo" tem sua origem no grego "autos", que significa "si mesmo", e foi inicialmente empregado pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler em 1911 para descrever um conjunto de sintomas relacionados à esquizofrenia. Atualmente, o termo é utilizado para descrever o

Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma condição neurológica caracterizada por dificuldades significativas na comunicação e interação social, além de padrões restritivos e repetitivos de comportamento (Cunha, 2012).

De acordo com Schmidt (2013), o conceito de autismo evoluiu ao longo dos anos. As primeiras descrições formais do autismo foram feitas pelos psiquiatras infantis Hans Asperger e Leo Kanner, cujas pesquisas na década de 1940 ajudaram a estabelecer o entendimento moderno sobre o TEA. A Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, define o TEA como um transtorno que inclui dificuldades persistentes e significativas na comunicação e interação sociais, e padrões repetitivos e restritivos de comportamento. Essa definição reconhece a diversidade no espectro, que varia de formas leves a mais graves (Brasil, 2012).

2.2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Os princípios constitucionais que fundamentam os direitos das pessoas com TEA são essenciais para garantir a inclusão e a proteção desses indivíduos. O princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, é um dos pilares do Estado

democrático de direito e garante o respeito e a valorização de todos os cidadãos, incluindo aqueles com TEA (Brasil, 1988).

Além disso, a Constituição Federal assegura, no artigo 5º, a igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, o que inclui a deficiência. O direito à vida, à saúde, à educação, ao trabalho e à acessibilidade são garantidos como direitos fundamentais para todos, conforme os artigos 5º, 6º, 205, 7º e 5º, VIII, respectivamente (Brasil, 1988).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) e o Estatuto da Pessoa com Autismo (Lei nº 12.764/2012) reforçam esses direitos ao estabelecer diretrizes específicas para a inclusão e proteção das pessoas com TEA. No entanto, a plena efetivação desses direitos ainda enfrenta desafios, e é necessário que o Estado e a sociedade civil atuem conjuntamente para garantir que todos os indivíduos com TEA recebam o suporte e a inclusão que merecem (Brasil, 2015; Brasil, 2012).

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com 06 (seis) famílias que possuem crianças com TEA e que residem no povoado Serrão, município de Ilha das Flores Sergipe. As entrevistas foram realizadas com os pais ou responsáveis pelas pessoas com TEA.

Foram semiestruturadas e abordaram os seguintes temas:

Acesso à educação, acesso à saúde, acesso à assistência social, conhecimento sobre os direitos das pessoas com TEA, acesso a serviços especializados e adequação dos serviços públicos disponíveis.

Os dados das entrevistas foram analisados de forma qualitativa. A análise documental incluiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o Plano Nacional de Políticas Públicas para o Transtorno do Espectro Autista e outras leis e normas relevantes.

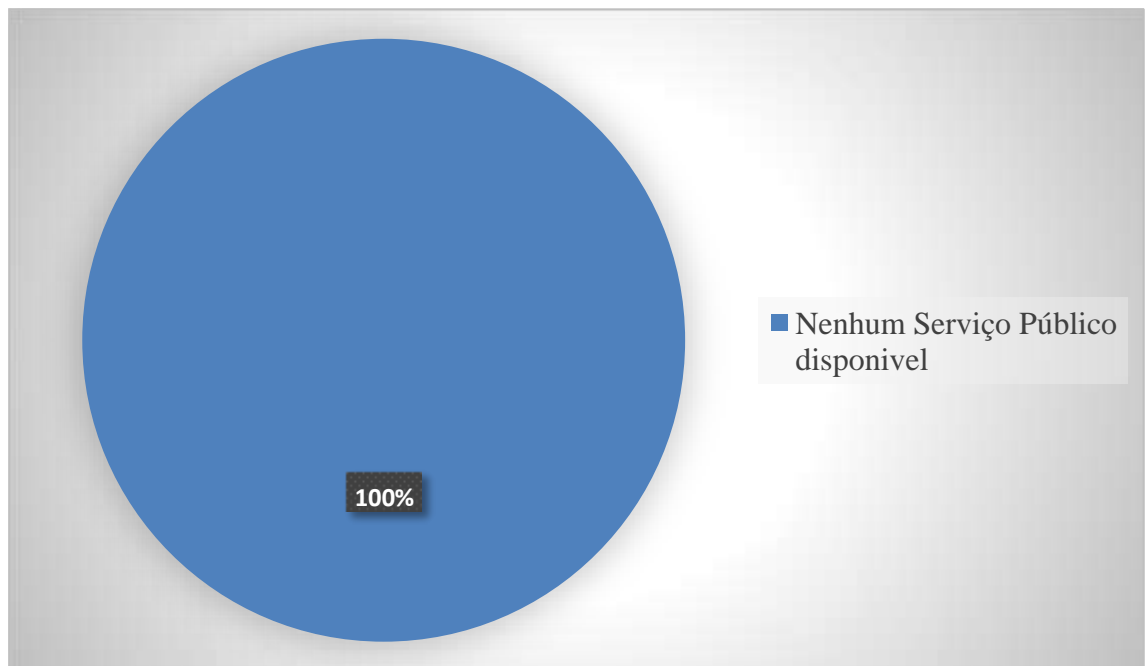
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Propomos analisar os desafios legais enfrentados pelas famílias de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no povoado Serrão, município de Ilha das Flores, Sergipe. Nosso objetivo também foi identificar as principais dificuldades enfrentadas por essas famílias, as políticas públicas disponíveis e os obstáculos que impedem o pleno acesso a esses direitos.

Foram realizadas entrevistas com seis famílias que possuem filhos com TEA. Os resultados evidenciam a carência de assistência adequada em relação às leis e decretos previstos. Abaixo estão descritos os resultados da pesquisa, incluindo

gráficos que ilustram as porcentagens associadas a cada resposta.

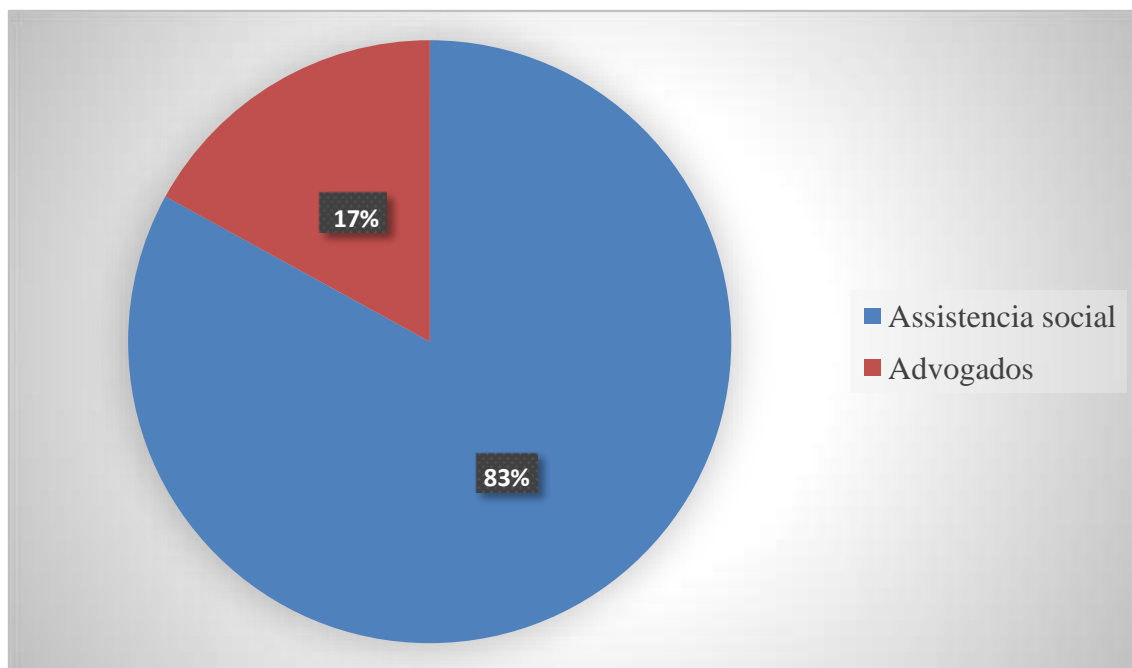
Gráfico 1: Quais são os serviços públicos disponíveis para as famílias de pessoas com TEA no município de Ilha das Flores?



Fonte: esta pesquisa (2024).

A pesquisa revelou que todas as famílias entrevistadas (100%) enfrentam a falta total de serviços públicos específicos para pessoas com TEA no município de Ilha das Flores, obrigando-as a buscar atendimento em outras cidades.

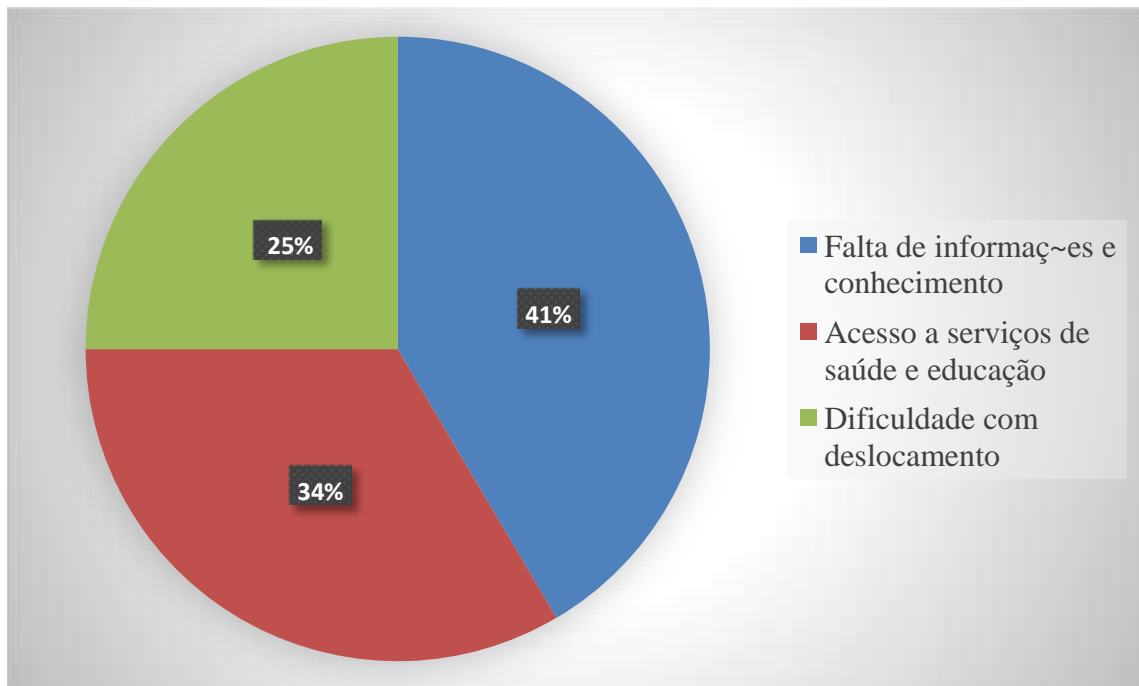
Gráfico 2: De que forma as famílias de pessoas com TEA do povoado serrão estão buscando seus direitos



Fonte: esta pesquisa (2024).

A maioria das famílias (83%) recorre à assistência social para buscar seus direitos, enquanto uma pequena parcela (17%) utiliza advogados para auxiliar nesse processo.

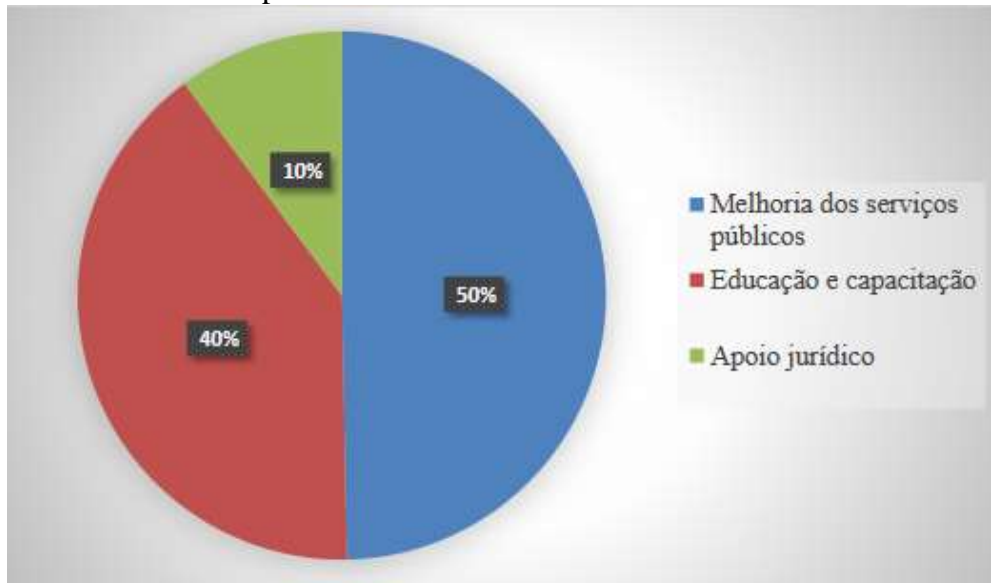
Gráfico 3: Quais são as principais dificuldades que as famílias de pessoas com TEA no povoado serrão enfrentam para acessar seus direitos?



Fonte: esta pesquisa (2024).

As dificuldades principais relatadas incluem a falta de informações e conhecimento sobre os direitos (41%), problemas de acesso aos serviços de saúde e educação (34%) e dificuldades relacionadas ao deslocamento para outras cidades (25%).

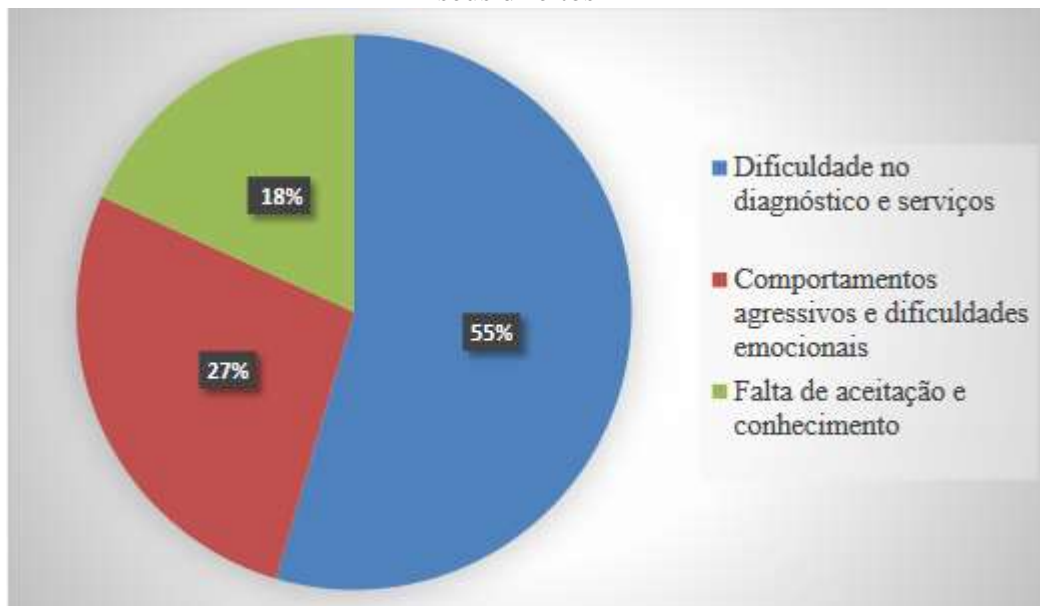
Gráfico 4: Que medidas podem ser tomadas para garantir que as famílias de pessoas com TEA no povoado serrão tenham acesso aos seus direitos?



Fonte: esta pesquisa (2024).

As principais medidas propostas incluem a melhoria dos serviços públicos (50%), a educação e capacitação das famílias e profissionais (40%), e o apoio jurídico para auxiliar na defesa de direitos (10%).

Gráfico 5: Como a falta de conhecimento sobre o TEA afeta o acesso das famílias aos seus direitos



Fonte: esta pesquisa (2024).

A falta de conhecimento sobre o TEA afeta diretamente o acesso das famílias aos serviços e diagnósticos necessários (50%). Além disso, metade das famílias relatou que isso leva a comportamentos agressivos e dificuldades emocionais (27%), enquanto (18%) mencionaram a falta de aceitação e conhecimento como um problema significativo.

Os resultados da pesquisa demonstram claramente que as famílias de pessoas com TEA no povoado Serrão enfrentam sérios desafios relacionados ao acesso a direitos e serviços. A ausência de serviços públicos específicos e a falta de informação são as maiores dificuldades identificadas. Apesar das leis existentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a implementação prática dessas leis ainda é insuficiente na região.

Observou-se que a falta de profissionais especializados e a inadequação dos serviços públicos disponíveis contribuem significativamente para os desafios enfrentados pelas famílias. Além disso, a falta de conhecimento sobre os direitos e o TEA afeta negativamente a qualidade de vida das pessoas com TEA e de suas famílias, dificultando a busca por diagnóstico e tratamento adequados.

É essencial que políticas públicas e ações afirmativas sejam implementadas para melhorar o acesso a serviços e suporte

para pessoas com TEA. A sensibilização da comunidade e a capacitação dos profissionais são fundamentais para garantir uma inclusão efetiva e a defesa dos direitos das pessoas com TEA.

A criação de campanhas de informação, o investimento em profissionais especializados e a melhoria dos serviços públicos são passos críticos para enfrentar os desafios legais enfrentados por essas famílias. A promoção da inclusão social e a defesa coletiva dos direitos são fundamentais para garantir uma vida digna e plena para todas as pessoas com TEA e suas famílias. Ademais, as famílias de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrentam diversos desafios legais que podem impactar diretamente a qualidade de vida do indivíduo autista e de seus familiares. Alguns dos desafios enfrentados pelas famílias do povoado Serrão, no município de Ilha das Flores, Sergipe, incluem: Acesso a diagnóstico e tratamento: Muitas famílias enfrentam dificuldades para obter um diagnóstico preciso e acessar tratamentos adequados para o TEA, devido à falta de profissionais especializados na região.

Educação inclusiva: As famílias muitas vezes lutam para garantir que seus filhos autistas tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva, de acordo com suas necessidades específicas.

A falta de recursos e capacitação adequada para profissionais da educação pode ser um obstáculo nesse sentido. Acesso aos serviços de saúde e assistência social: A falta de serviços de saúde e assistência social especializados para pessoas com TEA na região pode dificultar o acesso a terapias e suportes necessários para o desenvolvimento e bem-estar do indivíduo autista.

Proteção legal e direitos civis: As famílias podem enfrentar desafios em garantir a proteção legal dos direitos civis de seus entes queridos com TEA, como o direito à igualdade de oportunidades, o direito à saúde e o direito à acessibilidade. **Estigma e discriminação:** O estigma e a discriminação em relação ao autismo ainda são uma realidade em muitas comunidades, o que pode dificultar a inclusão social e a aceitação das pessoas com TEA e suas famílias.

Diante desses desafios, é essencial que as famílias de pessoas com TEA no povoado Serrão, no município de Ilha das Flores, Sergipe, tenham acesso a apoio e orientação adequados, além de atuarem de forma proativa na defesa dos direitos e necessidades de seus entes queridos. É importante também que as autoridades locais e a sociedade em geral se sensibilizem para as questões relacionadas ao autismo e trabalhem para garantir a

inclusão e o respeito às pessoas com TEA e suas famílias.

Assim, a criação de políticas públicas e ações afirmativas voltadas para a promoção dos direitos das pessoas com autismo são fundamentais para superar os desafios legais enfrentados pelas famílias e garantir uma vida digna e plena para todos os indivíduos autistas. Além disso, a sensibilização e o apoio da comunidade são fundamentais para que as famílias sejam acolhidas e tenham o suporte necessário para enfrentar os desafios do dia a dia. A troca de experiências entre as famílias, a busca por redes de apoio e a defesa coletiva de direitos podem contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com TEA e suas famílias no povoado Serrão e em todo o município de Ilha das Flores, Sergipe.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, os desafios legais enfrentados pelas famílias de crianças com TEA no povoado Serrão, município de Ilha das Flores, Sergipe, demonstram a necessidade de ações urgentes e conjuntas por parte do poder público, da sociedade civil e das próprias famílias, nesse sentido, é fundamental que essas famílias tenham acesso a suporte adequado, estejam informadas sobre seus

direitos e atuem de forma proativa na defesa dos direitos das pessoas com TEA.

Através da implementação de políticas públicas eficazes, do fortalecimento da rede de apoio, da promoção da conscientização e do combate ao preconceito, é possível garantir os direitos das pessoas com TEA e construir um futuro mais justo e inclusivo para todos.

Espera-se que, com o apoio e a conscientização de todos os envolvidos, seja possível superar os desafios legais enfrentados pelas famílias de pessoas com TEA no povoado Serrão, promovendo a inclusão, a igualdade de oportunidades e o respeito aos direitos das pessoas autistas.

Acredita-se que pesquisas como essa que foram realizadas no povoado Serrão, município de Ilha das Flores/Se, podem contribuir para o desenvolvimento de ações mais eficazes na promoção dos direitos das crianças com TEA e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Portanto, e diante de todo o exposto e levantamento da pesquisa, urgente se faz levar em consideração algumas recomendações para pesquisas futuras, a saber: Investigar em maior profundidade as diferentes formas de violação dos direitos das pessoas com TEA e suas famílias, buscando identificar os mecanismos que perpetuam essas violações, como também analisar a efetividade das políticas públicas

existentes e que são voltadas para as pessoas com TEA e suas famílias, objetivando e propondo medidas para aprimorá-las e torná-las mais acessíveis e eficientes.

REFERÊNCIAS

ALBERO, Paula Juliana Ferreira. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ANÁLISE DOS REQUISITOS E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS FAMÍLIAS NA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. Revista Jurídica UniFCV, v. 5, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revista.unifcv.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/411/298>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ALVES, Pâmela Paola Oliveira. Acesso e tratamento de crianças com transtorno do espectro autista na saúde pública: implicações e barreiras: uma revisão narrativa. 2023.

Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/266446>. Acesso em: 27 mar. 2024.

Amplamente [livro eletrônico]: estudos contemporâneos: volume 01/organização Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes... [et al.]. -- 1. Ed. -- Natal, RN: Amplamente Cursos e Formação Continuada, 2022. PDF.

Disponível em:
<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585457>. Acesso em: 05 abr. 2024.

BASTO, Ana Teresa Oliveira da Silva & Vanessa Martines Cepellos. Autismo nas organizações: percepções e ações para inclusão do ponto de vista de gestores.

Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/1679-395120220061>. Acesso em: 01 mai. 2024.

BRASIL. Nova Classificação do CID. Disponível em: Biblioteca Virtual em Saúde MINISTÉRIO DA SAÚDE. <https://bvsm.saude.gov.br/organizacao-mundial-da-saude/divulga-nova-classificacao-internacional-de-doencas>. Acesso em: 05 abr. 2024.

CONVIVENDO COM O TEA. LEIS E DIREITO. Disponível em:
<https://autismoerealidade.org.br/convivendo-com-o-tea/leis-e-direitos>. Acesso em: 05 abr. 2024.

DAMASCENO NETO, Afonso Ribeiro; SILVA, Iris Neles; LIMA, Lucineide Silva de; DANTAS, Maria José Monteiro; SILVA, Vania Duarte da. FAMÍLIA: UMA PONTE PARA A SUPERAÇÃO DA CRIANÇA AUTISTA. Revista Ibero-Americana de

Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 8, n. 5, p. 1823–1834, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i5.5592. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/5592>. Acesso em: 27 mar. 2024.

DE SOUZA, Idayane Carla et al. CAPÍTULO XXIII TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS. AMPLAMENTE: ESTUDOS, v. 59082, p. 278, 2022. Disponível em: https://www.amplamentecursos.com/_files/ugd/b9c3ab_4b2eb579e43a4b8faf0c44734042f39f.pdf#page=278. Acesso em: 27 mar. 2024.

DOS SANTOS, Daniel Otávio Dias; NASCIMENTO, Larissa Celina Fortes; SILVA, Matheus. A jornada desafiadora enfrentada pelos pais de crianças autistas. Disponível em: <https://ri.unipac.br/repositorio/wp-content/uploads/tainacan-items/282/25882.2023.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.

FALCÃO, T. F.; DA SILVA, A. R.; DA ROCHA, W. S. APOIO PSICOSSOCIAL AS FAMÍLIA COM FILHOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).

Revista Contemporânea, [S. l.], v. 3, n. 11, p. 20569–20589, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N11038. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1882>. Acesso em: 27 mar. 2024.

IBGE. Ilha das Flores Sergipe. In IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/ilha-das-flores/panorama>. Acesso em: 01 maio 2024. LEON, Viviane Costa de. Estudo das propriedades psicométricas do Perfil Psicoeducacional PEP-R: elaboração da versão brasileira. Porto Alegre/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Dissertação. 2002.

NOKATA, Laura Cruvinel; MORAES, Ana Paula Bagaiolo. A RELAÇÃO ENTRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ISONOMIA E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca, v. 7, n. 1, 2022. Disponível em: <http://revista.direitofranca.br/index.php/icfd/article/view/1374>. Acesso em: 27 mar. 2024.

TEA na CID-11: o que muda? Disponível em: Autismo e Realidade.

<https://autismoerealidade.org.br/2022/01/14/tea-na-cid-11-o-que-muda/>. Acesso em: 05 abr. 2024.

APENDICE A- ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM TEA, NO MUNICÍPIO DE ILHA DAS FLORES, POVOADO SERRÃO

- 1- Quais são os serviços públicos disponíveis para as famílias de pessoas com TEA no município de Ilha das Flores?
- 2- De que forma as famílias de pessoas com TEA no povoado Serrão estão buscando seus direitos?
- 3- Quais as principais dificuldades que as famílias de pessoas com TEA no Povoado Serrão enfrentam para acessar seus direitos?
- 4- Que medidas podem ser tomadas para garantir que as famílias de pessoas com TEA no povoado Serrão tenham acesso a seus direitos?
- 5- Como a falta de conhecimento sobre o TEA afeta o acesso das famílias aos seus direitos?